

COIMBRA

Direcção-Geral da Associação Académica critica gestão da Faculdade de Direito

Situação pedagógica também preocupa

Degradada situação pedagógica

O modo como tem funcionado, ao longo dos últimos anos, a gestão da Faculdade de Direito da Universidade acaba de ser objecto de algumas considerações por parte da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra (DG-AAC) que divulgou, a esse propósito, um contundente comunicado. Aquela estrutura estudantil manifesta, também, preocupação pela situação pedagógica que se vive nessa escola superior.

Quanto ao resultado de tudo isso, o comunicado adianta: «De Dezembro a Abril, os órgãos de gestão não tiveram qualquer iniciativa de fundo (...)». Só agora, acrescenta-se, «no princípio deste mês de Abril, os órgãos de gestão iniciaram funções».

O mesmo órgão associativo, após sustentar que «a clareza e frontalidade (...) não lhe permitem deixar de referir que, em termos de gestão, a Faculdade de Direito deixa muito a desejar», opina não haver «transparência na acção e funcionamento dos órgãos de gestão».

Mais adiante considera-se que «os órgãos de gestão, quer pelos seus actos, quer pelas suas omissões, têm lamentado o desrespeito pelo estudante, enquanto pessoa».

Afirmando que a Faculdade de Direito não tem sido gerida, a DG-AAC considera que «os órgãos de gestão dessa escola se limitam a assegurar o expediente, revelando uma total ausência de imaginação, de criatividade, de vontade de participação efectiva dos interessados» nessa acção.

Sobre esse aspecto é sublinhado que «dois ou três funcionários mais experientes e rotinados» são os únicos responsáveis pela gestão da Faculdade de Direito.

«Os docentes, de um modo geral, desinteressam-se dos problemas de gestão, enquanto a participação de estudantes nos conselhos directivos e pedagógicos é vista com um «mal necessário», não sendo facultadas aos representantes dos estudantes reais possibilidades de intervenção directa na gestão de assuntos da faculdade» — é ainda manifestado no mesmo texto.

Mas as críticas não ficam por aqui. A Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra vai

mais longe ao pretender dizer: «A apatia, o desinteresse, o amorfismo e o laxismo são hoje reinantes. No decorrer do ano lectivo de 1984/85, docentes e discentes puseram-se de acordo acerca da necessidade de realizar as eleições dos órgãos de gestão mais cedo, a fim de possibilitar um funcionamento efectivo dos órgãos de gestão».

No ano lectivo de 1985/86 assiste-se, conforme é revelado no comunicado, a outros problemas, decorrentes do atraso das eleições dos órgãos de gestão: «Por um lado, os estudantes, pondo de lado as suas divergências de ordem política e ideológica, constituem uma lista de consenso e tudo fazem para apressar a entrada em funcionamento o mais rápido possível dos novos órgãos de gestão; por outro lado, os professores, por razões ainda não explicadas de modo convincente, retardam todo o processo eleitoral e fases subsequentes para a eleição dos órgãos de gestão».

Por outro lado, a situação pedagógica da mesma Faculdade é rotulada de «degradada».

Além, segundo o texto a que nos temos vindo a referir, «a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, através de reuniões com as comissões de curso e de contactos com representantes dos estudantes nos órgãos de gestão, procedeu ao levantamento da situação pedagógica».

Muitas foram as ilegalidades detectadas, de que o referido comunicado dá conta, e de que destacamos: «Na cadeira de Direito Romano (1.º ano) os assistentes, com a intenção de «coagir» os alunos a não prestar as provas de frequência (...); a disparidade de critérios na correcção de pontos; falta de assiduidade dos professores de Finanças Públicas (2.º ano) e de Teoria Geral do Direito Civil (2.º ano — 1.ª turma teórica); necessidade de uma maior prontidão na colocação, à disposição dos alunos, dos elementos de estudo faz-se sentir em várias cadeiras (...); e verificação de que na cadeira de Direito Fiscal (5.º ano) o docente deu apenas duas aulas em todo o semestre (...)».

Noutro passo, a DG-AAC alerta para o facto de estar «atenta aos problemas dos estudantes da Faculdade de Direito de Coimbra, não abdicando da função que lhe compete de representar e defender os interesses dos discentes».

A terminar, quer vincar ainda: «As críticas por nós efectuadas dirigem-se a uma maior responsabilização das pessoas e das instituições pelos actos e pelas suas omissões, tanto as atitudes dolosas como as negligentes serão por nós denunciadas e combatidas. Desejamos — acrescenta o comunicado — que os novos órgãos de gestão da Faculdade de Direito de Coimbra trilhem um caminho diferente dos seus antecessores».

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Associação Académica - Gestão